

PRESENÇA MASCULINA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Bruno Rosa

RESUMO

O presente trabalho visa refletir acerca da presença (ou não) da figura masculina na educação básica e dos discursos que são acionados por diferentes sujeitos.

A exemplo dos professores, diretores e coordenadores pedagógicos a frente a esta presença/ausência, posto que, como tem demonstrado diferentes pesquisas que têm sido realizadas, a educação nos anos iniciais tem se constituído como um espaço de mulheres, atravessando por concepções de gênero e de representações construídas sobre o masculino e feminino e sobre as concepções de criança e infância produzidas socialmente. Nessa pesquisa, realizamos uma revisão da literatura, portanto uma discussão bibliográfica.

Palavras-Chaves: masculina; gênero; bibliográfica;

INTRODUÇÃO

Diante da pandemia de COVID-19, as instituições escolares e as universidades tiveram que se adaptar ao modelo remoto, com aulas virtuais e entrega de atividades. Em meio a esse cenário, comecei a escrever o meu anteprojeto "Presença masculina da Educação básica", para isso, analisei referências literárias que também investigaram o tema.

Inicialmente, as leituras apresentaram novas reflexões acerca do assunto que me fizeram lembrar de acontecimentos da minha trajetória enquanto bolsista do PIBID, atuante na educação infantil. Posto isto, pude analisar e comparar essas memórias com o que discorria os autores.

Porém, é evidente que haveria dificuldades para escrever neste contexto, abalado emocionalmente com a suspeita de contaminação e de familiares, excesso de tarefas e falta de inspiração e motivação foram fatores que prejudicaram em partes o desenvolvimento do projeto. Conteí com a compreensão do professor e orientador Allan, que me estimulou a continuar a registrar e dar continuidade na pesquisa.

O seguinte projeto de pesquisa visa analisar algumas representações de gênero que envolvem a docência, especificamente a atuação masculina, além disso, há presença de alguns elementos que expressam, ao mesmo tempo, similaridades e discrepâncias, a exemplo de sexo,

gênero e patriarcado, dissertando sobre essas problematizações que envolvem as relações humanas.

Tradicionalmente no Brasil, o magistério e principalmente nos anos iniciais, constitui-se quase que exclusivamente como espaço feminino, condicionado às características como: delicadeza, paciência, zelo e associação com a maternidade, relacionando-a a uma predisposição para os cuidados com as crianças pequenas. No ensino superior, porém, destaca-se uma inversão desses papéis, com presença majoritariamente masculina.

Outra representação frequentemente produzida a respeito da presença de docentes homens nos anos iniciais se aproxima do campo da psicanálise, no que se refere à interação das crianças com os professores, prevalecendo o caráter compensatório, especialmente quando a criança é privada no ambiente familiar da figura paterna, afetando nesses casos, o desenvolvimento emocional das crianças.

Algumas questões acerca do tema são levantadas, tais como: Diante de tantos preconceitos e estereótipos tradicionalmente vinculados aos gêneros, de que maneira são recebidos esses profissionais dentro da comunidade escolar? Como desconstruir a visão normativa da sociedade diante do termo gênero e suas determinações na escola?

Nesse contexto, o trabalho contribuiu para novas reflexões acerca de aspectos que influenciam essa realidade, assim como discorrer sobre a produções bibliográficas que investigam o tema.

Destaca-se a relevância dessa análise, considerando que, na contemporaneidade, temas como igualdade de oportunidades, desconstrução de paradigmas ligados a gênero, classe, raça e etnia são abordados constantemente.

Ademais, nesta pesquisa interessa compreender a formação do professor do sexo masculino, relacionando com as recentes inovações constituídas na legislação, onde se obteve a abertura de concursos públicos legitimando a inserção de discentes e professores sem distinção de gênero. Por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa tem caráter exploratório e explicativo, visando analisar e formular hipóteses que compreendam a presença masculina na docência nos anos iniciais. Para isso, foram analisados artigos, teses e publicações de autores como: Louro (1997), Scott (1995), Sayão (2005) e Felipe (1995) que também investigam esse tema.

Nas primeiras leituras, foi possível perceber que se trata de uma construção histórica no que diz respeito à docência, representações que se aproximam do campo da psicologia e de elementos de gênero e significação em relação ao social.

Outro fator que contribuiu para a realização dessa pesquisa foi a experiência vivida enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do subprojeto na educação infantil, no qual pude participar da rotina e observar diferentes posturas e posicionamentos dos sujeitos da comunidade escolar com relação a minha presença naquela instituição.

De cunho qualitativo, a pesquisa pretende analisar tais questões e promover a reflexão referente a essas representações e aspectos que influenciaram essa realidade.

ATUAÇÃO MASCULINA NA DOCÊNCIA EM UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

A atuação masculina na docência na atualidade é consequência de algumas transformações históricas que demarcam profundas mudanças nas relações entre o feminino e o masculino. Nesse sentido, o gênero, definido por Scott:

"Conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino" (Scott, 1995, p. 86).

Essa definição contextualiza o sentido de gênero como um instrumento de análise que nos permite compreender e explicar as diferenças socialmente construídas entre os "sexos" e indagar os reflexos dessa diferenciação na divisão sexual do trabalho e na produção de hierarquias de poder. Ainda sobre isso, Scott (1995, p.88) aponta que "gênero é uma forma primária de significar as relações de poder".

A partir da ampliação da escolarização primária obrigatória, cresce e de maneira significativa a presença de mulheres no exercício da docência. É preciso destacar que no período anterior, a dinâmica de trabalho no que diz respeito à educação nos anos iniciais era separatista; mulheres eram vistas como cuidadoras, e creches como depósito de crianças, enquanto os homens que se dedicavam ao magistério primário se deslocavam das salas de aula para os postos

superiores na hierarquia burocrática do campo educacional; além de transformações de conceitos e práticas pedagógicas na literatura e estudos acadêmicos. Importante destacar que esse conceito de poder hierárquico ainda prevalece.

As instituições contribuem para a reprodução e legitimação das relações de poder entre os gêneros, designando e condicionando como cada um deve se comportar. Para as mulheres, esse condicionamento estava diretamente relacionado à concepção de maternidade, como destaca Louro:

Afirmavam que as mulheres tinham, "por natureza", uma inclinação para o trato com as crianças que elas são as primeiras e "naturais educadoras". Portanto nada mais adequado do que lhes confiar à educação dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, "uma extensão da maternidade", cada aluno ou aluna vistos como filho ou filha "espiritual" (LOURO, 2012, p.450).

Nesse excerto a autora aponta para essa falsa relação que se faz sobre a representatividade que a mulher deveria exercer e a caracterização do magistério, principalmente com crianças pequenas.

E essa mudança histórica na docência se relaciona também com fatores econômicos e de papéis sociais, uma vez que os homens representavam socialmente como provedores, e essas questões salariais continuam sendo um dos fatores que justificam a ausência masculina na docência básica. No entanto, na atualidade esses papéis sociais passam por desconstrução, muitas mulheres são provedoras em suas famílias, inclusive profissionais da educação.

Quanto às possíveis implicações relativas ao trabalho de professores homens na educação infantil, Sayão (2005), relata que existem diferentes percepções acerca dessa atuação, que sob olhar psicanalítico indicam a existência de mecanismos de transferência, uma vez que muitas crianças tem a mãe como chefe de família e transferem essa ausência paterna para o professor. De acordo com a autora, as ideias pré-concebidas sobre a atuação do homem na educação básica desfavorecem o trabalho a ser desenvolvido:

É indubitável a crença disseminada de um homem sexuado, ativo, perverso e que deve ficar distante do corpo das crianças. Em contrapartida, há formas explícitas de conceber as mulheres como assexuadas e puras e, portanto, ideais para este tipo de trabalho. No entanto, além de nossas crenças mais comuns e, muitas vezes pré concebidas, o que sabemos sobre como atuam professores em creches? (SAYÃO, 2005, p.16).

No que diz respeito a Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB), não há nenhuma objeção à presença de professores homens em qualquer nível da educação básica.

Art. 62º, A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996, p22).

Entendendo que o próprio documento não faz nenhuma ressalva quanto à atuação do homem na educação, assim como do Ministério da Educação (MEC), que ressalta apenas a importância de uma boa formação.

Considerando que o magistério vem mudando significativamente ao longo do tempo, sendo no início idealizado e praticado por homens, e com o processo de inserção de mulheres relacionados às associações culturais de maternidade e fatores econômicos, sabemos que a sociedade também é dinâmica e observamos cada vez mais os homens preenchendo esse espaço, pois os estereótipos vão se modificando, ainda que as questões ligadas ao poder ainda sejam definidas por homens. Todos esses aspectos colaboraram com o interesse em investigar sobre a atuação de professores homens (cis e trans), na educação básica.

GÊNERO E DOCÊNCIA

A partir do séc XX, os movimentos feministas apresentaram novas perspectivas sobre gênero e participaram efetivamente da militância estudantil, operária e política. Mais do que isso, as mulheres passam a expressar uma luta específica, em razão de toda a conjuntura internacional.

Louro (1997), discorre sobre essa mudança significativa:

Há um esforço para dar visibilidade à mulher como agente social e histórico, como sujeito; portanto o tema sai das notas de rodapé e ganha o corpo dos trabalhos. Surgem estudos preocupados não só em desvendar a opressão das mulheres, como também em demonstrar que a abordagem destas questões pode trazer contribuições importantes ao entendimento da sociedade (LOURO, 1997, p.102).

Em relação à compreensão do conceito gênero, Louro (1995, p.103) aponta:

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com

as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são "generificadas", ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a idéia de formação, socialização ou educação dos sujeitos (LOURO, 1997, p.103).

Algumas proposições na literatura apontam para elementos das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, nesse sentido, o gênero implicaria os símbolos culturalmente disponíveis numa sociedade que se forma através de representações simbólicas, as instituições sociais, uma organização social e econômica além das identidades subjetivas.

Segundo Louro (1997), esses processos não só interferem mutuamente como também não são resultado de uma "imposição unilateral pela sociedade". No mínimo duas considerações poderiam se fazer a essa ideia: Inicialmente, ao se fazer concepção da sociedade homogênea ou, pelo menos está se escondendo sua constituição, por outro lado, atitudes, práticas, valores, habilidades, comportamento, conhecimentos socialmente transmitidos ou inculcados pelas diferentes instâncias sociais não são simplesmente "internalizados" pelos sujeitos, sem que esses "aceitem, rejeitem, contestem, de múltiplas formas, eles participem do processo.

No que se refere a identidade de gênero e suas atribuições simbólicas na sociedade atual, Louro (2008) destaca:

Esse embate, como qualquer outro embate cultural, é complexo exatamente porque está em contínua transformação. No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver (Louro, 2008, p.16).

Nesse excerto, a autora aponta para a visibilidade que todos esses grupos adquiriram e que eventualmente podem ser interpretadas como um atestado de sua progressiva aceitação.

A discriminação por gênero se relaciona com os modelos de pessoa masculina e feminina e suas funções sociais, por isso, importa analisar não somente as diferenças, mas o pensamento social sobre essa diferenciação, ou seja, o entendimento do senso comum sobre os sexos, a ideologia e as relações, incluindo o de pessoas trans, que em meio a essa cultura de opressão e

subalternização, procuram afirmar mais que sua sexualidade e identidade, mas sua subjetividade e direito à cidadania.

Outro aspecto da discussão é sobre a definição e conceito de normalidade e normatividade que colabora para discriminação de grupos não-binários, sobre isso Louro (1997) destaca:

Quanto à diferença, é possível dizer que ela seja um atributo que só faz sentido ou só pode se constituir em uma relação. A diferença não preexiste nos corpos dos indivíduos para ser simplesmente reconhecida; em vez disso, ela é atribuída a um sujeito (ou a um corpo, uma prática, ou seja lá o que for) quando relacionamos esse sujeito (ou esse corpo ou essa prática) a um outro que é tomado como referência. Portanto, se a posição do homem branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição-de-sujeito ou a identidade referência, segue-se que serão "diferentes" todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem. A posição "normal" é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente, invisível. Não é preciso mencioná-la. Marcadas serão as identidades que dela diferirem. (LOURO, 1997, p.18).

Na perspectiva da Sociologia do trabalho, há uma compreensão de que a presença masculina num ambiente majoritariamente feminino contribui para a quebra de alguns paradigmas, além disso, podemos citar grandes pensadores que, a partir do séc. XVIII, contribuíram significativamente em diferentes perspectivas no que se refere à construção de modelos educacionais, como: Froebel (1782-1852), Célestin Freinet (1896-1966), Paulo Freire (1921-1997) entre outros, além de Jean Piaget (1896-1980) e Lev Vygotsky (1896-1923), que não eram necessariamente educadores, mas que colaboraram com as estruturas do desenvolvimento da criança e da aprendizagem.

A partir do momento em que ocorrem mudanças e transformações econômicas, culturais e sociais, os homens retornam às funções de docentes, mas em maior número em posições de hierarquia, no ensino superior e colaboração teórica, e com salários e status maiores do que as mulheres, fruto do patriarcado, que é também, objeto de estudo da Sociologia do Trabalho.

É preciso salientar que aos poucos, essas questões têm sido discutidas nas escolas, nas redes sociais, nos cursos de pedagogia e nas formações pedagógicas, e assim deve ser, como expressa Felipe (1995,p.79) “a pedagogia deve ser responsabilizada ética e politicamente pelas histórias que produz, pelas asserções que faz sobre as memórias sociais e pelas imagens do futuro que considera legítima”.

Por tudo isso, é possível destacar a importância dos estudos de gênero que analisem a presença (ou não), dos homens na educação básica e em outras atividades socialmente consideradas femininas, desconstruindo padrões de gênero e identidade.

De fato, a bibliografia sobre esse tema ainda carece de maiores discussões e a metodologia precisa chegar até as pessoas trans e compreender suas principais dificuldades de inserção e afirmação para que tenham oportunidade, assim como os homens cis de atuarem na docência e outros espaços culturalmente associados ao feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a temática do presente artigo referente à atuação masculina na Educação básica, após a realização da pesquisa bibliográfica foi possível constatar que o gênero é uma construção social e que vai se modificando de acordo com o contexto e que historicamente a área da Educação passou a ser vista como feminina, relacionando à maternidade com as funções educativas.

No caso da educação infantil, Froebel (1782-1852), tinha o entendimento de que as mulheres seriam melhores cuidadoras das crianças pequenas corroborando com os estereótipos de que os homens não seriam os mais indicados para essas funções, especialmente pelas ações educativas relacionadas à higiene das crianças.

Décadas depois, novos pensadores trouxeram outras perspectivas alinhadas às práticas pedagógicas e de alfabetização, abrindo espaço para a atuação de homens nos anos iniciais, mesmo que o número ainda seja baixo.

É preciso destacar que documentos como a LDB e o RCNEI não mencionam o gênero do educador, sinalizando que as estruturas e os papéis sociais, além de status e remuneração é quem definem a escassez de homens nessas fases da Educação.

Diante dessas constatações, podemos afirmar que, de fato, a literatura que discute o tema necessita de novas atualizações, além da contribuição de novos artigos que debatam as perspectivas e os desafios desses profissionais na inserção enquanto docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Pluralidade cultural: orientação sexual. 3.ed. Brasília: MEC, 2001. (Parâmetros Curriculares Nacionais; 10).

FELIPE, Jane. **Gênero e Sexualidade nas Pedagogias Culturais: Implicações para a Educação Infantil**, Silva, p. 195 -110, 1995, Disponível em:
http://www.titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/SexualidadeInfantil.pdf f. acesso em 27 setembro 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997.

LOURO, Guacira Lopes, **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Proposições vol.19 no.2 Campinas May/Aug. 2008

SAYÃO, Thomé Débora. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil: Um estudo de professores em creches**. Tese de (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação e Realidade. 20 (2), p.71-99, 1995